

# Superior Tribunal de Justiça

## AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.385.291 - PE (2018/0276798-3)

**RELATOR** : **MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**  
**AGRAVANTE** : SUL AMERICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS  
**ADVOGADOS** : CARLOS ANTONIO HARTEN FILHO - PE019357  
EDUARDO JOSÉ DE SOUZA LIMA FORNELLOS - PE028240  
ANDRESSA DIAS BARROS - PE032236  
KAMYLLA VIEIRA DINIZ - PE038876  
CAROLINNE MARIE MEDEIROS MAIA - PE036995  
ANNA KATARINA COLARES DAVID DE ALENCAR -  
PE039060  
FILIPE JOSÉ BACELAR DA COSTA - PE042214  
**AGRAVADO** : GILTON JOSE BATISTA  
**AGRAVADO** : ADRIANO GOMES DA SILVA  
**AGRAVADO** : ELIZABETE DE SOUZA BARBOSA  
**AGRAVADO** : CLAUDIONOR SIZENANDO DAS MERCES  
**AGRAVADO** : MARIA JOSE MENEZES LEITE  
**AGRAVADO** : MARLUCE DA SILVA SOUSA  
**AGRAVADO** : JOANA DARC NUNES DOS SANTOS  
**AGRAVADO** : JOSE CARLOS DE PAIVA VITALINO  
**AGRAVADO** : MARIA APARECIDA DOS REIS  
**AGRAVADO** : ANA CARLA DE LIMA MUNIZ  
**AGRAVADO** : SOLANGE MARIA DA SILVA  
**AGRAVADO** : JOSÉ ROBERTO MATIAS DE SOUZA JÚNIOR  
**AGRAVADO** : ELISABETH VASCONCELOS SMITH  
**AGRAVADO** : SUELI DE ANDRADE MENEZES  
**AGRAVADO** : ANDERSON CLEYTON DOS SANTOS  
**AGRAVADO** : SILVIA FERREIRA DOS SANTOS  
**AGRAVADO** : WAGNER TAVARES DE PAULA  
**AGRAVADO** : FRANCISCO DE ASSIS ROQUE PINHEIRO  
**ADVOGADO** : JOÃO PAULO DE FREITAS RODRIGUES E OUTRO(S) -  
PE029463

### EMENTA

*AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DOS FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO RECORRIDO. RAZÕES DISSOCIADAS. SÚMULAS 283 E 284 DO STF. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO PROTELATÓRIOS. APLICAÇÃO DA MULTA PREVISTA NO ART. 1.026, §2º, DO CPC/2015. POSSIBILIDADE. AGRAVO CONHECIDO PARA CONHECER PARCIALMENTE DO RECURSO ESPECIAL E, NESSA EXTENSÃO, NEGAR-LHE PROVIMENTO.*

### DECISÃO

# Superior Tribunal de Justiça

Vistos, etc.

Trata-se de agravo manejado por SUL AMÉRICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS em face de decisão que inadmitiu recurso especial interposto com fundamento no art. 105, III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, assim ementado:

**"EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO PRIMEVO QUE NÃO IMPUGNOU, ESPECIFICAMENTE, OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO PROFERIDA PELO MAGISTRADO DE PRIMEIRO GRAU. MANIFESTA INADMISSIBILIDADE. MANUTENÇÃO DA DECISÃO. IMPROCEDÊNCIA DO RECURSO.**

*A decisão ora agravada não conheceu do recurso originário (Agravo de Instrumento) por infringência ao princípio da dialeticidade, pois os argumentos da Recorrente estavam totalmente dissociados da decisão proferida pelo magistrado de primeira instância, em sede de cumprimento de sentença.*

*- Dessa forma, a Seguradora incorreu no óbice de inadmissibilidade contido no art. 932, III, in fine, do CPC/2015, segundo o qual o relator não conhecerá de recurso "que não tenha impugnado especificamente os fundamentos da decisão recorrida".*

*- Logo, em assim sendo, não há como considerar a existência de qualquer mácula capaz de ensejar a reforma da decisão monocrática proferida pelo i. relator Des Cândido J F Saraiva de Moraes.*

*- Agravo Interno improcedente." (e-STJ fls. 444-445)*

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados (e-STJ fls. 564-575).

Nas razões do recurso especial, a recorrente alega, em síntese, que *"a seguradora não tem o dever de arcar com despesas de aluguel de imóveis substitutos, [...] haja vista ser evidente que não há risco iminente de desmoração nos imóveis"* (e-STJ fl. 598), de forma que os agravados não demonstraram a verossimilhança de suas alegações. Assevera que o contrato de seguro não admite interpretação extensiva e que o montante despendido em decorrência da antecipação de tutela ultrapassará o valor do bem. Defende, ainda, que se consumou a prescrição da pretensão autoral, pois a constatação dos danos

# Superior Tribunal de Justiça

físicos nos imóveis ocorreu mais de um ano antes do ajuizamento da demanda. Afirmo que deve ser reconhecida também a incompetência da Justiça estadual para apreciar a causa e a ilegitimidade passiva da ora recorrente, em virtude da legitimidade passiva e da necessidade de participação da Caixa Econômica Federal no feito. Pugna, por fim, pelo afastamento da multa aplicada com base no art. 1.026, § 2º, do Código de Processo Civil de 2015, por não ser protelatória a insurgência.

Contrarrazões às fls. 730-741 (e-STJ).

Sobreveio juízo de admissibilidade do Tribunal de origem (e-STJ fls. 744-745), que inadmitiu o recurso especial, por considerar que incide o óbice da Súmula 211 deste Superior Tribunal de Justiça e que não se configurou a alegada ofensa ao art. 1.026, § 2º, do CPC/2015.

É o relatório.

Passo a decidir.

Inicialmente, verifica-se que se aplica ao caso, por analogia, o óbice das Súmulas 283 e 284 do Supremo Tribunal Federal.

Ocorre que a Corte estadual não conheceu do agravo de instrumento interposto pela ora recorrente com base nos seguintes fundamentos:

*"Inicialmente, reputo necessário tecer algumas considerações acerca da sistemática do Agravo Interno no Novo Código de Processo Civil, especificamente no que concerne à técnica de fundamentação exigida tanto do causídico quanto do magistrado, quando do respectivo julgamento.*

*Com efeito, o §1º do art. 1.021 prevê que "na petição de agravo interno, o recorrente impugnará especificadamente os fundamentos da decisão agravada"; Lado outro, o § 3º do mesmo artigo dispõe "É vedado ao relator limitar-se à reprodução dos fundamentos da decisão agravada para julgar improcedente o agravo interno".*

*Tais normas, ao meu ver, devem ser interpretadas em conjunto, já que operam no mesmo campo axiológico, buscando-se aferir o intuito do legislador quando de sua previsão.*

*O objetivo da legislação é evitar a interposição de*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*recursos genéricos que servem apenas para retardar o trâmite processual e o lançamento de decisões que não analisam a matéria com percuciência.*

*Pois bem, nestes autos, a decisão agravada não conheceu do recurso originário (Agravo de Instrumento) por infringência ao princípio da dialeticidade, pois os argumentos da Recorrente estavam totalmente dissociados da decisão proferida pelo magistrado de primeira instância, em sede de cumprimento de sentença.*

*Ora, da análise do referido Agravo de Instrumento, vê-se que a Seguradora/Recorrente se limitou a alegar questões já apreciadas na sentença (fls. 133/140), sobre as quais se operou a preclusão consumativa.*

*Dessa forma, toda matéria alegada no supracitado recurso não guardou qualquer relação com a decisão supostamente impugnada, a qual unicamente determinou o IGP-M como índice de atualização dos valores devidos pela Seguradora aos mutuários a título de aluguéis (fl. 315).*

*Observa-se, assim, que a Seguradora/Agravante, ao interpor recurso com argumentos totalmente dissociados da decisão agravada, incorreu no óbice de inadmissibilidade contido no art. 932, III, in fine, do CPC/2015, segundo o qual o relator não conhecerá de recurso "que não tenha impugnado especificamente os fundamentos da decisão recorrida" (grifei).*

*[...]*

*Assim, considerando que o Estatuto Processual confere ao julgador a prerrogativa de julgar monocraticamente recurso manifestamente inadmissível, como se constitui a hipótese em apreço, visto que o Agravo de Instrumento não impugnou especificamente a matéria apreciada na decisão recorrida, inexistente ofensa ao princípio da colegialidade.*

*Por fim, deixo de conhecer dos demais argumentos lançados nas razões do presente Agravo Interno por não guardarem congruência com a terminativa recorrida (art. 1.021, §1º c/c art. 932, III, ambos do CPC/2015)." (e-STJ fls. 446-452)*

Da leitura dos trechos acima transcritos, verifica-se que a recorrente, nas razões do recurso especial, deixou de impugnar especificamente o fundamento que ampara a conclusão do acórdão, qual seja, o de que as razões do agravo de instrumento estão completamente desvirtuadas da decisão supostamente recorrida, que apenas determinou que o índice de atualização dos valores devidos pela

# *Superior Tribunal de Justiça*

seguradora aos mutuários a título de aluguéis deve ser o IGP-M.

Com efeito, no recurso especial, a parte não se pronunciou sobre a ofensa ao princípio da dialeticidade ocorrida no agravo de instrumento nem sobre a incongruência dos argumentos lançados no agravo interno em relação à decisão terminativa anteriormente proferida pelo relator, limitando-se a tecer alegações sobre antecipação de tutela, ilegitimidade passiva, incompetência da Justiça estadual e prescrição, que não foram analisadas pela Corte estadual, tendo em vista que, como acima destacado, não diziam respeito ao teor das decisões que foram objeto dos agravos interpostos pela ora recorrente.

Destarte, em face da deficiência na fundamentação do recurso especial, incide, por analogia, o óbice das Súmulas 283 e 284 do Supremo Tribunal Federal.

Sobre o tema, confira-se a jurisprudência desta Corte Superior:

**AGRAVO INTERNO EM AGRAVO (ART. 544 DO CPC/73) - AÇÃO DE DESPEJO - DECISÃO MONOCRÁTICA NEGANDO PROVIMENTO AO RECLAMO - INSURGÊNCIA RECURSAL DOS REQUERIDOS.**

**1. É inadmissível o recurso especial quando as razões apresentadas se mostrarem dissociadas da matéria tratada pela decisão recorrida, não sendo impugnados fundamentos do acórdão que, por si sós, são suficientes para manter o inteiro teor do decisum. Aplicação, por analogia, das Súmulas 283 e 284 do STF.**

**2. A reforma do julgado quanto a conclusão de não ter sido configurado cerceamento de defesa, ante o indeferimento da prova testemunhal demandaria o reexame do contexto fático-probatório, procedimento vedado na estreita via do recurso especial, a teor da Súmula 7 do STJ. Precedentes.**

**3. Agravo interno desprovido.**

**(AgInt no AREsp 921.974/PR, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 18/08/2016, DJe 23/08/2016, g.n.)**

**AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AUSÊNCIA DE NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO RECORRIDO. NÃO IMPUGNAÇÃO. RAZÕES RECURSAIS DISSOCIADAS DOS FUNDAMENTOS DO**

# *Superior Tribunal de Justiça*

*JULGADO ATACADO. SÚMULAS NºS 283 E 284 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. REEXAME DE PROVAS. CONSONÂNCIA ENTRE O ACÓRDÃO RECORRIDO E O ENTENDIMENTO DESTA CORTE. SÚMULAS NºS 7 E 83 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA.*

*[...]*

*2. A ausência de impugnação dos fundamentos do acórdão recorrido enseja o não conhecimento do recurso, incidindo a Súmula nº 283 do Supremo Tribunal Federal.*

*3. É inadmissível o inconformismo por deficiência na sua fundamentação quando as razões do recurso estão dissociadas do que decidido no acórdão recorrido. Súmula nº 284 do Supremo Tribunal Federal.*

*4. A reapreciação da conclusão do aresto impugnado encontra óbice, no caso concreto, na Súmula nº 7 do Superior Tribunal de Justiça.*

*5. Estando o acórdão recorrido em consonância com o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, incide o disposto na Súmula nº 83 desta Corte.*

*6. Agravo regimental não provido.*

*(AgRg no AREsp 717.435/RJ, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 03/12/2015, DJe 11/12/2015, g.n.)*

Quanto à incidência da multa prevista no art. 1.026, § 2º, do Código de Processo Civil de 2015, ao cotejar a fundamentação esposada nos embargos declaratórios (e-STJ fls. 458-485) com o decidido no acórdão recorrido (e-STJ fls. 439-452), verifico a existência do intuito protelatório apontado pelo Tribunal de origem, tendo em vista que os embargos buscavam apenas a discussão de temas cuja análise manifestamente tinha ficado prejudicada pelo não conhecimento do agravo de instrumento anteriormente interposto, em razão da ofensa ao princípio da congruência.

Nesse sentido:

*PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. CARÁTER PROTELATÓRIO. MULTA DO ART. 1.026, § 2º, DO CPC/2015. CABIMENTO. PEDIDOS SUCESSIVOS. PRETENSÃO PRINCIPAL. REJEIÇÃO. PEDIDO SUBSIDIÁRIO. ACOLHIMENTO.*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA. RECONHECIMENTO. SÚMULA N. 83 DO STJ. GRAU DE DECAIMENTO. VERIFICAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA N. 7 DO STJ. DECISÃO MANTIDA.*

*1. Evidenciado o caráter manifestamente protelatório dos embargos de declaração, aplicável a multa inserta no art. 1.026, § 2º, do CPC/2015.*

*[...]*

*4. Agravo interno a que se nega provimento.*

**(AgInt no REsp 1746210/PR, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 27/05/2019, DJe 30/05/2019)**

*AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. ENSINO SUPERIOR. INSTITUIÇÃO PRIVADA. EXTINÇÃO ANTECIPADA DE CURSO. DANOS MATERIAIS E MORAIS. REAPRECIÇÃO DE PROVAS. INVIABILIDADE. SÚMULAS Nº 7/STJ. DISSÍDIO NÃO CONFIGURADO. EMBARGOS PROTETATÓRIOS. MULTA. ART. 1.026, § 2º DO CPC/2015. CABIMENTO.*

*1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).*

*[...]*

*5. Não escapa a parte recorrente da imposição da multa do art. 1.026, § 2º, do CPC/2015 diante da oposição de embargos de declaração com intuito manifestamente protelatório.*

*6. Agravo interno não provido.*

**(AgInt no AREsp 1313942/MG, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 13/05/2019, DJe 21/05/2019)**

*PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO E COMPENSAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. NÃO OCORRÊNCIA. VIOLAÇÃO DO ART. 489 DO CPC/15. INOCORRÊNCIA. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA 211/STJ. FUNDAMENTO DO ACÓRDÃO NÃO IMPUGNADO. SÚMULA 283/STF. REEXAME DE FATOS E PROVAS. INADMISSIBILIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INTUITO MANIFESTAMENTE PROTETATÓRIO. CONFIGURAÇÃO. MULTA. DANO MORAL. RESPONSABILIDADE EXTRA CONTRATUAL. JUROS DE MORA. TERMO INICIAL. EVENTO DANOSO.*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*1. Ação de indenização e compensação - respectivamente - por danos materiais e morais. [...]*

*7. Deve ser mantida a multa do parágrafo único do art. 1.026, §2º, do CPC/15 quando caracterizado o propósito manifestamente protelatório na interposição dos embargos de declaração.*

*Precedentes. [...]*

*9. Agravo interno não provido.*

*(AgInt no Ag no REsp 1693065/MG, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 29/04/2019, DJe 02/05/2019)*

**Ante o exposto, com base no art. 253, inciso II, alínea "a", do Regimento Interno deste Superior Tribunal de Justiça, conheço do agravo para conhecer parcialmente do recurso especial e, nessa extensão, negar-lhe provimento.**

Intimem-se.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

**MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**

Relator